

1º OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS
NATURAIS DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA/BA

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

LG

PD

APRESENTAÇÃO

O 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS DA COMARCA DE FEIRA DE SANTANA/BA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 27175585/0001-37, com endereço na Rua Coronel Álvaro Simões, n. 416, Centro, Feira de Santana/BA, CEP 44.011-04, representado por sua Oficiala Luiza Oliveira Guedes, possui como premissa a atuação na mais estrita legalidade.

A presente política de privacidade possui o condão de cumprir as disposições acerca da proteção de dados pessoais constantes na Lei n. 13.709/18 – Lei Geral de Proteção de Dados, bem como aquelas constantes no Provimento Conjunto CGJ/CCI n. 03/2021 da Corregedoria Geral da Justiça do Estado da Bahia.



CARTÓRIO
FEIRA DE SANTANA

1º Ofício de Registro Civil

INTRODUÇÃO

Os notários e registradores estão adstritos às disposições legais, em especial às Lei n.s 6.015/73 e 8.935/94.

No regular cumprimento dos deveres expressos em lei é indispensável que o notário e o registrador possuam acesso a dados pessoais, e por vezes, dados pessoais sensíveis, uma vez inerente à atividade desempenhada, de forma a garantir autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos.

Para o tratamento adequado dos dados os quais o titular da serventia possui acesso, elaborou-se a presente política de privacidade, com o escopo de dar publicidade ao titular dos dados de como estes são tratados pela serventia.

CONTROLADOR

O controlador é pessoa a quem compete as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

No 1º Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais de Feira de Santana/BA, a controladora é a Oficiala de Registro Civil Luiza Oliveira Guedes.

ENCARREGADO

Em conformidade com o disposto no art. 41, § 1º da Lei n. 13.079/18 (LGPD), informa-se o encarregado pelo tratamento dos dados pessoais, forma de contato, bem como suas atribuições:

Encarregado pelos dados pessoais:
Rejane Ferreira da Silva

Contato:
registrocivilfsa.1oficio@gmail.com

Atribuições:

- Aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;
- Receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências;
- Orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais;
- Executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares.

OPERADORES

Compreendem-se como operadores as pessoas natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realizam o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

Todas os agentes ligados direta ou indiretamente ao regular funcionamento das atividades da serventia são operadores dos dados pessoais. Dentre eles pode-se mencionar os estagiários, auxiliares, escreventes, bem como a equipe responsável pelo funcionamento do software, da contabilidade, do jurídico, e outros.

Todos os contratos celebrados entre a serventia e os operadores possuem cláusula expressa de tratamento dos dados, de forma a garantir segurança jurídica ao titular dos dados.

TITULARES

O titular é a pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.

Todos os dados tratados pela serventia possuem um titular o qual possui direitos conferidos, conforme descrito adiante.

ATIVIDADES DESEMPENHADAS

O art. 16 da Lei n. 6.015/73 (Lei dos Registros Públicos) prevê que os oficiais e os encarregados das repartições em que se façam os registros são obrigados:

- a) a lavrar certidão do que lhes for requerido;
- b) a fornecer às partes as informações solicitadas.

Por sua vez, o art. 17 dispõe que qualquer pessoa pode requerer certidão do registro sem informar ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido.

Na especificidade dos Ofícios de Registro Civil das Pessoas Naturais, conforme previsão legal constante na Lei n. 6.015/73, são de sua competência:

Art. 29. Serão registrados no registro civil de pessoas naturais:

I - os nascimentos;

II - os casamentos;

III - os óbitos;

IV - as emancipações;

V - as interdições;

VI - as sentenças declaratórias de ausência;

VII - as opções de nacionalidade;

VIII - as sentenças que deferirem a legitimação adotiva.

§ 1º Serão averbados:

a) as sentenças que decidirem a nulidade ou anulação do casamento, o desquite e o restabelecimento da sociedade conjugal;

b) as sentenças que julgarem ilegítimos os filhos concebidos na constância do casamento e as que declararem a filiação legítima;

c) os casamentos de que resultar a legitimação de filhos havidos ou concebidos anteriormente;

d) os atos judiciais ou extrajudiciais de reconhecimento de filhos ilegítimos;

e) as escrituras de adoção e os atos que a dissolverem;

f) as alterações ou abreviaturas de nomes.

DADOS PESSOAIS

A LGPD no art. 7º traz que o tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado, dentre outras hipóteses, para o **cumprimento de obrigação legal** ou regulatória pelo controlador.

Assim, aqueles procedimentos os quais os notários e os registradores estão obrigados a realizar devem ser consubstanciados dentro dos limites legais.

Para realização dos serviços compreendidos no supracitado art. 29 da Lei n. 6.015/73, os Oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais possuirão acesso aos dados necessários para sua efetivação.

Os dados coletados para atividade fim da serventia permanecerão em seus arquivos, sendo que os livros de assentos de registros não possuem previsão para sua eliminação, uma vez serem indispensáveis à organização da sociedade.

DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

Dado pessoal sensível é o dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

Acerca do tratamento dos dados pessoais sensíveis, a LGPD em seu art. 11, prevê que o tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer sem fornecimento de consentimento do titular, entre outras, nas hipóteses em que for indispensável para cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.

Assim, igualmente com o que acontece com os dados pessoais, os titulares das serventias extrajudiciais podem realizar o tratamento dos dados pessoais sensíveis dentro daquilo que for compatível com a atividade notarial.

Entretanto, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia editou Provimento 03/2021, posteriormente alterado pelo Provimento 07/2021, o qual prevê que para emissão de certidão ou informação que contenha dados pessoais sensíveis, o Oficial **poderá** ser exigida a apresentação da finalidade da solicitação, para fins de anotação em prontuário, mantido em pasta própria física ou digital, que viabilizará o exercício da autodeterminação informativa do titular do dado pessoal, **não se responsabilizando o delegatário pelo exame dessa finalidade, salvo na hipótese de manifesta ilicitude penal, caso em que deverá negar o pedido.**

COMPARTILHAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

Dentre as atribuições e obrigações da serventia extrajudicial, estão o envio de relatórios à determinadas entidades, como por exemplo comunicações ao Ministério da Economia e ao INSS pelo Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc) ou por outro meio que venha a substituí-lo, ou ainda, comunicações de óbito à Receita Federal e à Secretaria de Segurança Pública da unidade da Federação que tenha emitido a cédula de identidade, dentre outros previstos em legislação específica.

O compartilhamento dos dados pessoais está adstrito à determinações legais.

DIREITOS DOS TITULARES

O titular do dado pessoal possui diversos direitos previstos da LGPD. Dentre eles, mencionam-se:

- confirmação da existência de tratamento;
- acesso aos dados;
- correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto nesta Lei;
- portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial;
- eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 da LGPD;
- informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados.

Conforme previsão na LGPD, o titular do dado pessoal possui direito de peticionar em relação aos seus dados contra o controlador perante a autoridade nacional. O titular pode ainda opor-se a tratamento realizado com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento, em caso de descumprimento ao disposto em Lei.

O canal de comunicação entre o titular do dado pessoal e o encarregado se dá pelo e-mail **registrocivilfsa.1oficio@gmail.com**.

Através deste canal, pode o titular requerer qualquer informação inerente a seus direitos, esclarecer eventuais dúvidas acerca do tratamento. O requerimento deverá ser expresso pelo titular ou representante legal.

Não sendo possível o atendimento das solicitações requeridas, o **controlador** enviará resposta que poderá:

- comunicar que não é agente de tratamento dos dados e indicar, sempre que possível, o agente;
- indicar as razões de fato ou de direito que impedem a adoção imediata da providência.

Referido requerimento será atendido sem custos para o titular, nos prazos e nos termos previstos em regulamento.

USO DO *WEBSITE*

COMENTÁRIOS PUBLICADOS

No momento em que os visitantes submetem comentários, os dados coletados são aqueles constantes no formulário de comentários. Coleta-se também o endereço de IP e de dados do navegador do visitante, de forma a auxiliar na detecção de spam.

Uma sequência anonimizada de caracteres criada a partir do seu e-mail (também chamada de hash) poderá ser enviada para o Gravatar para verificar se você usa o serviço.

A política de privacidade do Gravatar está disponível em <https://automattic.com/privacy/>.

Após a aprovação do seu comentário, este será tornado público juntamente com a foto do perfil, se houver.

ENVIO DE MÍDIAS

Evite enviar imagens que contenham dados de localização incorporados (EXIF GPS). Visitantes podem baixar estas imagens do website e extrair delas seus dados de localização.

COOKIES

Ao submeter comentário no website, você poderá optar por salvar seu nome, e-mail e site na opção dos cookies. Em comentário posterior, estes dados estarão disponíveis, não sendo necessário preenche-los novamente. O período do armazenamento destes cookies é de um ano.

Caso você possua uma conta e acesse o website, um cookie temporário será criado para determinar se seu navegador aceita cookies. Ele não contém nenhum dado pessoal e será descartado quando você fechar seu navegador.

Ao acessar sua conta no website são criados vários cookies para salvar os dados da sua conta e suas escolhas de exibição de tela. Cookies de login são mantidos por dois dias e cookies de opções de tela por um ano. Se você selecionar "Lembrar-me", seu acesso será mantido por duas semanas. Se você se desconectar da sua conta, os cookies de login serão removidos.

Se você editar ou publicar um artigo, um cookie adicional será salvo no seu navegador. Este cookie não inclui nenhum dado pessoal e simplesmente indica o ID do post referente ao artigo que você acabou de editar. Ele expirará após um dia.

MÍDIA INCORPORADA

Artigos do website podem incluir conteúdo incorporado como, por exemplo, vídeos, imagens, artigos, etc. Conteúdos incorporados de outros websites se comportam exatamente da mesma forma como se o visitante estivesse visitando o outro site.

Estes websites poderão coletar dados sobre você, usar cookies, incorporar rastreamento adicional de terceiros e monitorar sua interação com este conteúdo incorporado, incluindo sua interação com o conteúdo incorporado se você tem uma conta e está conectado com o site.

ARMAZENAMENTO

Se você deixar um comentário, o comentário e os seus metadados são conservados indefinidamente. Faz-se isso para que seja possível reconhecer e aprovar automaticamente qualquer comentário posterior ao invés de retê-lo para moderação.

Para usuários que se registram no nosso website (se houver), também guardamos as informações pessoais que fornecem no seu perfil de usuário. Todos os usuários podem ver, editar ou excluir suas informações pessoais a qualquer momento (só não é possível alterar o seu username). Os administradores de websites também podem ver e editar estas informações.

DIREITOS DO USUÁRIO

Se você tiver uma conta no website ou tiver submetido comentários, poderá solicitar um arquivo exportado dos dados pessoais que mantemos sobre você, inclusive quaisquer dados que tenha fornecido.

Também poderá solicitar a remoção qualquer dado pessoal mantidos sobre você. Esta remoção não inclui os dados os quais a serventia é obrigada a manter para propósitos administrativos, legais ou de segurança.

CAPACIDADE

O website é direcionado a pessoas maiores e capazes, devendo os menores e incapazes estarem devidamente representados ou assistidos.

CONSENTIMENTO

Ao utilizar o website o usuário e titular dos dados pessoais aceita as políticas de privacidade de forma voluntária.

Declaro que li e aceito os termos e condições
POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS.

1º OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA/BA

LUIZA OLIVEIRA GUEDES
Oficiala

R. Cel. Álvaro Simões, 419 - Centro
Feira de Santana - BA
CEP 44001-104

TEL (75) 3022-5217